

ED, Fernando Cabrita, Demétrio Magnoli (químico), Miguel de Almeida (químico), Euzélio (químico), Isaac Santana (químico), Washington Oliveira (químico)
 ER, Manoel Pinheiro, Carlos Andrade, QUA, Vera Magalhães, Oxi Gaspar, Bernardo Mello Franco, Roberto Calafate (químico), QUA, Merval Pinheiro, Vili Gaspar
 EX, Viana Macielles, Rikana Oliveira, Rejón Dora, Resurreção Mello Franco, S&B, Carlos Alberto Sardenheira, Eduardo Aguiar, Dêdo Chaves, D&M, Manoel Pinheiro, Daniel Macielles, Resurreção Mello Franco

PABLO
ORTELLADO

3 todo pela
maior parte

■ muito comum, nos meios progressistas, ■ escutar que a postura verdadeiramente emancipatória consiste em estabelecer um diálogo com todas as correntes de opinião, da direita à esquerda, desde que a inversa aconteça dentro do marco do respeito aos direitos humanos. Em seguida, normalmente se esclarece que o conservadorismo está fora desse marco. (Estou usando o termo não personalista "conservadorismo" para me referir ao que normalmente chamamos de "bolsonarismo"). Mas será mesmo que os conservadores não respeitam os direitos humanos?

Por trás desse pressuposto amplamente difundido, há uma redução do todo à pior arte. O desacordo — e mesmo o desgosto — de progressistas pelos conservadores faz com que procurem seus piores elementos e os tratem como se fossem casos típicos, casos exemplares. Dessa maneira, distorcem caricaturam o conservadorismo, tratando-o como meio essencialmente machista, obscurantista, antidemocrático e violento. realidade, porém, é mais complicada.

Os conservadores valorizam a família, verem uma abordagem mais dura contra a riminalidade e são desconfiados de mudanças muito aceleradas nos costumes. Porém, como mostram as pesquisas, a grande maioria é contra a violência doméstica, é contra a perseguição e a discriminação de homossexuais, defende o respeito às escolhas das mulheres e a igualdade salarial entre os sexos.

O reducionismo e a distorção progressista estacam e amplificam no conservadorismo apenas o ridículo, o grotesco e o caricato, seja para atacar o adversário, seja para reafirmar o sentimento de pertencer ao lado "certo", o lado "anti-eles". Na imaginação progressista, o comportamento conservador típico não é aquele das igrejas que combatem a violência doméstica, a discriminação e promovem o respeito entre marido e mulher, mas os dos pequenos nichos de con-

ches de conquista, das tradwives que defendem a submissão aos maridos e dos ultratradicionalistas de toda sorte.

Verdade que esses elementos caricatos, violentos, reacionários e antidemocráticos existem e se abrigam no campo político conservador. Os progressistas podem perguntar por que então são tolerados ali. A resposta pode ser encontrada devolvendo a pergunta aos progressistas e pedindo que façam, eles também, um esforço de autoexame.

Por que nós, progressistas, toleramos em nosso meio apoiadores de ditaduras como Cuba, Nicarágua ou Venezuela? Por que toleramos em nosso meio feministas que dizem que toda relação heterossexual é um estupro? A resposta honesta é que toleramos essas posições nos meios progressistas porque partilhamos com elas alguns pressupostos e valores sobre como a sociedade deveria se organizar. Isso vale também para os conservadores.

O drama de nossa época politicamente polarizada é que essa caricatura que fazemos do adversário termina, no longo prazo, por moldá-lo. Ao reduzirmos o campo adversário a seus piores elementos, sinalizamos que são esses elementos o que mais nos incomodam. No outro lado, o ódio do adversário aparecerá como prestígio. Os grupos odiados pela esquerda se apresentarão na direita como os que mais incomodam, os que são verdadeiramente "anti-eles". Pouco a pouco, vamos nos transformando na caricatura que o adversário faz de nós. Vamos nos tornando, nos dois lados, monstros.

A saída, um pouco contraintuitiva, é tentar escapar do jogo da polarização e se concentrar em cuidar da própria casa. Nossa principal responsabilidade é evitar que os piores elementos do nosso campo se desenvolvam e prosperem, com o empurrãozinho que recebem do adversário. Em resumo, precisamos de menos polarização e mais autocritica.

EDUARDO
AFFONSO

**As aparências
não enganam**

Causou espanto ao senador Flávio Dino, iminente ministro do STF, o rebaixamento do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), elaborado pela Transparência Internacional. Depois de qualificar o relatório como "atípico e anômalo", com "afirmações exóticas", Dino incorporou o estilo da saudosa *mulher sapiens*, hoje presidente do banco do Brics, Dilma Rousseff:

— O que mudou é que nós pusemos fim à política de espetacularização do combate à corrupção, que é uma forma de corrupção. Quem usa corrupção como forma de combate à corrupção, como bandeira política, é tão corrupto quanto o corrupto.

(Só com essa declaração, o Brasil deve ter galgado 10 postos no Índice de Corrupção da Diversidade Vocabular.)

Dino talvez tenha tentado dizer que lutar contra a corrupção corrompe uma indireta para seu homólogo, o ex-juiz, ex-ministro da Justiça e temporariamente senador Sergio Moro. Ou seja: combatamos o crime organizado, mas com moderação. Muita moderação.

— Um índice baseado em percepções precisa ser visto com cautela. A questão exige exame mais aprofundado, a fim de evitar conclusões precipitadas.

Quem se precipitou —ladeira abaixo— foi o Brasil, cuja cotação no mercado da honestidade ainda não chegou às profundezas (continua acima de paí-

Desmantelamento dos mecanismos de transparência e 'compliance' começou no governo Bolsonaro e ganhou fôlego sob Lula 3

O desmantelamento dos mecanismos de transparência e *compliance* começou no governo Bolsonaro e ganhou fôlego sob Lula 3. Coincidentemente (ou não), o que afeta a percepção de que uma das nossas mais caras tradições — a impunidade — voltou com tudo é a postura do Supremo Tribunal Federal (com destaque para os ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux e o presidente do STF, o ministro Cezar Pelúcio Lewandowski quem, monocraticamente, suspendeu as restrições à indicação de políticos para assumir cargos de direção em empresas públicas — abrindo a porteira para o aparelhamento das estatais. Foi Dias Toffi quem sustou os pagamentos de acordos de leniência firmados com a JRF (R\$ 10,3 bi) e a Odebrecht (R\$ 3,8 bi) em 2014. O ministro também sustentou a decisão de não aplicar a multa a decadência, taxa de *brusinha* da Shein. E a nomeação de Cristiano Zanin sugere a intenção de seguir deixando passar a boiada.

Nesse ritmo, não será surpresa se — depois da anistia ampla, geral e irretrita aos corruptos — o contribuinte se vir obrigado a arcar com a indenização, por danos morais e materiais, às empresas envolvidas nos escândalos investigados no âmbito da finada Operação Lava-Jato. Mas só os brasileiros — dificilmente Estados Unidos, México, Peru, Colômbia e a penca de outros países aonde chegaram os tentáculos da nossa macrocorrupção farão essa desfeita a seus cidadãos.

Sendo os eminentes ministros do STF guardiões dos preceitos constitucionais, convém lembrar que não apenas os golpes de Estado ameaçam a democracia. A corrupção a corrói por dentro, silente e insidiosa. Sem a espetacularização dos vidros quebrados, telas rasgadas e relógios partidos.

* ARTIGO

O foco é curar a corrupção



Ministro Vinícius Marques de Carvalho, da Controladoria-Geral da União (CGU), publicou no GLOBO o artigo Mal de paciente ou do termômetro? O termômetro? ou o Índice de Percepção da Corrupção? publicado no site da Transparência Internacional [1]. Nos últimos anos, a TV tem sofrido ataques — encenamentos — ataques inflamatórios e assédio judicial no Brasil, e o ministro Vinícius Marques de Carvalho faz crítica aberta e respeitosa a essa risa demagógica e nos dá a esperança de onde desagitar o debate sobre corrupção o país, tão vulgarizado e sequestrado por suas mídias.

O ministro afirma que o IPCC, por suas múltiplas razões, deve ser usado com cautela. Ele não é uma razão. É importante conhecer o funcionamento do termômetro para não ser afetado por ele. Desde 1995, o IPCC refuta o desafio de medir, em escala global, um fenômeno que ocorre nas sombras. A corrupção que se pode quantificar é a corrupção que se pode medir, que Deus (ou está dando) certo só é a corrupção que se pode punir.

Por isso o IPC utiliza um proxy dessa realidade oculta: a percepção de grupos especializados — em sua maioria, oriundos dos meios acadêmico, jurídico e empresarial. Essa percepção é coletada por 13 pesquisas e instituições renomadas.

O ministro faz três críticas principais. Afirma que a percepção desses públicos de elite é distante da realidade da maioria da população; que há viés do público empresarial; e que os tempos das coletas de percepção não correspondem aos fatos apontados como causas.

O elemento a ser afirmado é a opinião dos especialistas não corresponde, necessariamente, à percepção da população em geral. É uma escolha metodológica. Uma pesquisa com amostra representativa da sociedade seria mais volátil diante de escândalos e menos sensível à presença da corrupção nas altas esferas — onde normalmente está o problema mais grave e mais oculto. Isso é suficiente para explicar o resultado do Barômetro Global da Corrupção, que capta a experiência real do cidadão com a corrupção nos serviços públicos, a partir de amostras

traz populacionais representativas. O resultado de ambas, para o Brasil, mostra que o problema maior da corrupção está mesmo nas altas esferas e é muito menos presente no cotidiano das pessoas do que se imagina.


Sobre risco de vies ideológico das fontes do setor privado, claro que há essa possibilidade. Todos os públicos carregam vieses. Por isso o IPC é um índice composto, para mitigar vieses por meio da pluralidade de fontes. Seria uma pesquisa caolha se não olhasse para o "lado da oferta da corrupção": quem normalmente paga o suborno.

Por fim, a crítica sobre a extemporaneidade entre os períodos de coleta das fontes e os fatos apontados como explicativos também pode ser rebatida. É certo que algumas fontes do IPC retroagem ao período Bolsonaro. Entre elas, está a V-DEM, que, ao avaliar o ambiente democrático sob o governo autoritário de Jair Bolsonaro, puxou a nota para baixo. A responsabilidade do legado desastroso do governo anterior é citada já no primeiro parágrafo do documento "Retrospectiva Brasil 2023", que publicamos no país junto ao lançamento global do IPC.

Esse relatório busca — por meio de retrospectiva factual, interpretações analíticas e recomendações — suprir as limitações que o IPC inequivocamente tem. Uma das lacunas que ele supre é jogar luz, também, sobre avanços concretos, entre eles, o trabalho da própria CGU sob comando de Carvalho. Assim como o método do IPC, interpretações suplementares podem e devem ser debatidas, mas não se pode tirar o foco do que é o desejo e deve ser o compromisso de todos nós: a cura.

Antes de finalizar, leio a notícia de que, em mais uma decisão monocrática do ministro do STF Dias Toffoli, foi suspensa a multa bilionária da Odebrecht (Novonor) — o maior caso de corrupção transnacional da História.

Podemos discutir o termômetro, mas o paciente sangra e agoniza.

 Bruno Brandão é diretor-executivo da Transparência Internacional Brasil e integrante do Conselho Global da Transparência Internacional

 Bruno Brandão é diretor-executivo da
Transparência Internacional Brasil e integrante
do Conselho Global da Transparência Internacional